

O nome das coisas: a disputa simbólica impeachment versus golpe na mídia internacional

Monalisa Soares Lopes

Universidade Estadual do Ceará (BRA)

Grazielle Albuquerque

Universidade Estadual de Campinas (BRA)

Introdução

O *impeachment* de Dilma Rousseff vem sendo amplamente debatido no âmbito das ciências sociais e jurídicas, nacional e internacionalmente. Parte considerável do debate envolve a reflexão sobre em que medida o processo de impedimento representaria uma ruptura institucional.

No que se refere à produção teórica acerca das quedas presidenciais na América Latina, os autores (PÉREZ LIÑAN, 2007; HOCHSTETLER, 2008) apresentam abordagens que elencam os elementos que têm contribuído para os cenários de instabilidade vividos pelas presidências latino-americanas. Tais abordagens se complementam, de certo modo, e indicam em sua maioria que as quedas presidenciais não representam uma quebra de regime, ou seja: teríamos um cenário de “democracias estáveis com governos instáveis” (PÉREZ LIÑAN, 2008, p. 106). No entanto, como aponta Olier (2008), as quedas presidenciais seriam típicas de “democracias com baixa institucionalização” (p. 74). Tal interpretação sugere que a instabilidade das presidências pode ter efeitos problemáticos no que se refere à institucionalização da democracia na região.

Entre os motivos elencados que indicariam maior probabilidade de queda presidencial destacam-se: a efetivação de políticas econômicas neoliberais, o envolvimento do chefe do executivo em escândalos de corrupção, um governo minoritário no Legislativo e a presença de manifestações nas ruas contra o presidente (HOCHSTETLER, 2008). Essas condicionalidades são produzidas através da interação de diversos agentes sociais: atores do Legislativo, sociedade civil, mídia, elites econômicas, entre outros (PÉREZ LIÑAN, 2008). O processo de destituição de Dilma Rousseff se assemelha em seu enredo aos caminhos apontados por esses teóricos latino-americanos sobre as quedas presidenciais, como veremos mais adiante.

As produções brasileiras sobre o contexto recente – em grande parte produzidas no calor da hora – oscilam entre um caráter descritivo do processo de *impeachment* (ALMEIDA, 2016) e análises mais engajadas (SOUZA, 2016; JIKINGS, et al, 2016). Recentemente, Santos (2017) trouxe a público uma produção que analisa a experiência do impeachment a partir de um quadro comparativo com outras experiências de ruptura na experiência democrática brasileira.

Sem desconsiderar as produções mencionadas, o presente artigo analisa o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff sob a perspectiva do papel desempenhado pela mídia nos contextos de instabilidade presidencial. Mais especificamente, desenvolvemos uma análise sobre a mobilização, por parte da então presidenta, de alguns veículos de mídia estrangeira como estratégia de produção de uma contranarrativa¹ ao enredo estruturado pela mídia nacional.

Para tanto, o artigo está estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção, intitulada “O enredo de uma queda presidencial”, traz um breve apanhado da conjuntura política, pós-eleição presidencial de 2014, que se desdobrou no processo de queda da presidenta. A segunda seção, por sua vez, traz a análise propriamente dita dos usos da mídia estrangeira para a disputa simbólica em torno do processo de *impeachment*.

O enredo de uma queda presidencial

A eleição de 2014 não se findou com a declaração oficial dos resultados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A polarização, exacerbada pelo acirramento da disputa eleitoral mais competitiva desde a redemocratização, desdobrou-se num clima de campanha permanente. Com apoio de parte da sociedade, o que há muito tempo não ocorria, a oposição investiu num discurso que manteve mobilizados segmentos identificados com o antipetismo. Algumas ações foram evidências desse processo de prorrogação da disputa política, forjando assim um terceiro turno. Destacamos: a) solicitação por parte de Aécio Neves e do PSDB de uma auditoria do resultado eleitoral ao TSE; b) montagem de uma agenda de mobilizações antigoverno logo depois do fim das eleições c) o ingresso, por

¹ O termo “narrativa” é aqui mobilizado num sentido genérico como lógica presente nas diversas sociedades para a organização da realidade social (BARTHES, 1976).

parte da chapa vencida nas eleições, junto ao TSE, de uma ação para a cassação da chapa Dilma/Temer por abuso de poder político e econômico².

Essa prática não usual (pedir auditoria de resultado e recontagem de votos) serviu como estratégia para manter mobilizados os setores insatisfeitos, o “exército opositor”, buscando assim fortalecer um discurso antigoverno e o clima de campanha permanente.

As estratégias de mobilização de segmentos do eleitorado insatisfeitos com o resultado eleitoral surtiram efeito e fomentaram a articulação de uma agenda de manifestações contrárias ao governo Dilma. Tais manifestações já sinalizavam como pauta o *impeachment* da presidenta reeleita, até mesmo antes de sua posse para o segundo mandato. A primeira manifestação ocorreu no fim de semana seguinte ao do resultado das eleições. Entre novembro e dezembro, as manifestações se sucederam.

O segundo governo Dilma começou, portanto, em meio a muitas polêmicas. A presidenta saiu do pleito eleitoral com tarefas importantes para seu segundo mandato, pois precisava tanto superar a disputa política da eleição como realizar mudanças na economia.

² No dia 9 de junho, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) absolveu por quatro votos a três votos, a chapa Dilma/Temer do processo de cassação por abuso de poder econômico e político. O julgamento teve enorme repercussão e, após a saída de Dilma Rousseff da Presidência, representou uma irônica possibilidade para a perda de mandato de Michel Temer. A ironia deve-se ao fato de a ameaça ao governo Temer ter sido promovida exatamente pelo PSDB, adversário do PT que, após o *impeachment*, passou a fazer parte da base de apoio ao governo Temer. Vale lembrar que no final de 2014, o TSE aprovou as contas de campanha de Dilma e Temer com ressalvas. Depois disso, o PSDB resolveu acionar o TSE com uma ação de investigação judicial eleitoral (Aije), com o objetivo de apurar suspeitas de fatos ilícitos ocorridos durante a campanha. Além disso, após a diplomação de Dilma Rousseff como presidenta da República, foi proposta uma ação de impugnação de mandato eletivo (Aime). Mesmo com a chapa empossada e, posteriormente com o *impeachment*, a ação teve seguimento porque os dois integrantes da composição poderiam ficar inelegíveis por oito anos caso o TSE julgasse procedente o pedido de cassação. Além das questões legais e da mudança do posicionamento político do PSDB, partido promotor da ação que passou a ser contrário a cassação, um dos elementos que apontam o clima de revanchismo eleitoral foi a fala do candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves (PSDB-MG), no sentido de que a ação foi protocolada para “encher o saco”. A fala de Aécio está presente na gravação feita pelo empresário Joesley Batista, dono da empresa JBS, em material anexo à sua delação premiada.

O primeiro movimento envolveu a escolha do novo ministro da Fazenda. A força política de setores que defendiam uma política econômica mais ortodoxa tinha sido evidenciada na disputa eleitoral, afinal, mesmo defendendo “medidas impopulares” para solucionar os problemas da economia, o candidato de oposição havia angariado votos em todos os estratos sociais.

Compreendemos que tal cenário sugeria a existência de um apoio, difícil de desconsiderar, em torno do argumento de que seria necessário “resolver algumas distorções” da condução da economia realizada até então. Diante disso, abriam-se dois caminhos à frente de Dilma Rousseff: a) manter, com algumas restrições, a abordagem em voga, escolhendo um ministro vinculado à perspectiva desenvolvimentista; b) abrir espaço para um ministro com mais trânsito junto ao mercado, mas que – por outro lado – pudesse propor uma agenda econômica muito distinta da que estava em curso. A opção de Dilma Rousseff indicou a prevalência do segundo caminho.

A escolha de Joaquim Levy, executivo do Bradesco e ex-secretário do Tesouro na primeira gestão de Lula, buscava sinalizar para o mercado que o governo estava disposto a realizar mudanças na economia. Pela trajetória do ministro recém-nomeado, tais mudanças sugeriam uma condução mais austera da política econômica, incluindo a demanda por diminuição de gastos públicos e maior controle fiscal. Em face dos ataques direcionados aos opositores durante a campanha eleitoral, ações como as descritas acima sugeriam que o governo estaria dando “sinais trocados” (SINGER, 2014) para o eleitorado que garantiu sua vitória no segundo turno.

Os “sinais trocados” continuaram emergindo no processo de formação do novo governo. A nomeação dos ministérios seguiu uma orientação radicalmente diferente do primeiro mandato: se neste

prevaleceram as nomeações técnicas; no governo Dilma II, passaram a figurar no primeiro escalão ministros com reconhecida força política e social – como Kátia Abreu (Agricultura), Cid Gomes (Educação), Jaques Wagner (Defesa) e Gilberto Kassab (Cidades).

As nomeações na área econômica e na equipe ministerial abriram um fosso entre o discurso de campanha e as ações efetivas do segundo mandato, que se aprofundou com o anúncio de um pacote de medidas econômicas (Medidas Provisórias 664 e 665/2014) que atingiam frontalmente os direitos de trabalhadores/as. Ainda em dezembro de 2014, o governo anunciou cortes no montante de R\$ 18 bilhões envolvendo benefícios previdenciários. Entre as medidas estavam: a) alteração no período de carência estipulado para recebimento de abono salarial; b) alterações no prazo para solicitação de seguro-desemprego; c) alterações nas regras para recebimento de pensão por morte; d) mudança no prazo para solicitação do auxílio-doença; e) alterações na regra para o seguro-defeso, destinado aos pescadores.

O descompasso entre promessas de campanha e a agenda governativa são explicados por Campello (2014) como uma prática comum entre candidatos eleitos na América Latina – sobretudo, entre os que defendem programas políticos pró-Estado, que deverão enfrentar cenários de crise econômica no governo,

Currency crises—reflected in substantial decreases in countries' international reserves and/or sharp currency devaluation—potentially exacerbate this dilemma. These crises often follow sudden changes in terms of trade, especially in economies reliant on commodities exports, and can also result from severe capital flight. Losses of international reserves and/or a depressed exchange rate force governments to take measures to boost the inflows of foreign currency to the economy, to avoid a major collapse. Given the relative stickiness of trade flows, governments most likely respond to currency crises by attempting to attract short-term inflows of financial capital, which frequently involves abandoning a leftist agenda in favor of investor-friendly programs. (p. 266)

Desse modo, para a autora,

[...] presidents elected on a state-oriented platform are, different from those who promise neoliberal policies, confronted with a trade-off between advancing interventionist and redistributive policies their voters expect and attracting investors who prefer a market-oriented agenda. (p. 265-266)

Diante de tais movimentos do governo, os opositores enquadraram o segundo governo Dilma sob o signo do “estelionato eleitoral”. Nas palavras de Singer, instalou-se uma “ruptura do elo lógico” entre as promessas de campanha e a agenda do governo, o que, por sua vez, poderia “potencializar as reações de violento descrédito [...] quando o efeito real das medidas começarem a ser sentidas na pele” (SINGER, FSP, 03/01/2015).

Nos meses subsequentes à posse, os anúncios de cortes em áreas estratégicas para a população – como saúde e educação – contribuíram ainda mais para ruir a confiança em Dilma Rousseff. A primeira pesquisa de opinião³ realizada no início do segundo governo sinalizou o desapontamento do eleitorado com as medidas tomadas pela gestão de Dilma. A inversão de dados entre aprovação e reprovação foi drástica. Se em dezembro de 2014, antes de anunciar as medidas, o governo tinha 42% de aprovação (ótimo/bom) e 24% de reprovação (ruim/péssimo); em fevereiro de 2015, os dados, segundo pesquisa Datafolha, indicavam que apenas 23% dos entrevistados aprovavam o governo e 44%, reprovavam. Ainda de acordo com o Datafolha, “para a maioria dos brasileiros, a presidente Dilma Rousseff mentiu durante a campanha à reeleição. Esse grupo inclui aqueles que acreditam que ela disse mais mentiras do que verdades durante a campanha (46%) e os que avaliam que disse somente mentiras (14%)”. Outros dados também sinalizavam o crescimento da percepção da

³ APROVAÇÃO a governo Dilma Rousseff cai, e reprovação a petista dispara. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587329-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-e-reprovacao-a-petista-dispara.shtml>>. Acesso em 18 mai. 2016.

“corrupção” como um dos principais problemas do país (21%), atrás apenas de “saúde”.

Não bastassem as dificuldades decorrentes das próprias ações, o governo Dilma ainda enfrentaria um cenário bastante adverso no Congresso Nacional, em especial na Câmara dos Deputados. A eleição para Presidência da Câmara se fez uma ocasião ímpar para explicitar o apoio minoritário de que o governo dispunha na Casa. Numa disputa em que se esperava que o candidato do governo, Arlindo Chinaglia (PT), pudesse duelar com Eduardo Cunha (PMDB) – desafeto antigo da gestão – o que se viu foi uma derrota escorchante do primeiro (136 votos) face o segundo (267 votos). A Câmara dos Deputados se consolidava, pois, como terreno inimigo, sob a liderança de Eduardo Cunha.

Num cenário de grande fragmentação partidária (28 partidos na legislatura), com a Câmara dos Deputados comandada por um político adversário do governo e que exercia liderança sobre o denominado “novo Centrão” (bloco suprapartidário composto por 13 partidos com viés conservador), além de uma oposição mais organizada e articulada com bases sociais, o governo Dilma Rousseff teve pouquíssimas chances de usar os recursos do executivo como o poder de agenda. Por sucessivas vezes ao longo do ano de 2015, o legislativo votou e aprovou as chamadas pautas-bomba, denominadas assim em virtude de irem na contramão da política de ajuste nos gastos proposta pelo governo.

A relação entre Executivo e Legislativo, que trazia fraturas ainda do primeiro mandato⁴, revelou-se no início do segundo mandato impossível de ser recomposta. A presidenta encarregou, inclusive, o vice-presidente Michel Temer da função de articulador político do governo junto ao

⁴ O primeiro mandato de Dilma Rousseff foi permeado por dissensos entre a presidenta e sua base parlamentar. Entre aliados e opositores, Dilma era caracterizada como uma liderança pouco afeita ao diálogo. Tal perfil intransigente foi mobilizado diversas vezes pelos congressistas para argumentar sobre suas dissidências na votação de matérias de interesse do Executivo (LOPES, 2016).

Congresso Nacional. Tal ação trouxe fôlego para a gestão ao garantir que algumas matérias de interesse do governo fossem aprovadas. Por outro lado, fez emergirem também animosidades significativas entre os ministros petistas mais ligados à presidenta, como Mercadante (Casa Civil) e Edinho Silva (Secretaria de Comunicação), que foram acusados de “jogar contra” Michel Temer. Em meio a esses conflitos, o vice-presidente deixou a função de articulador do governo.

Os desgastes acumulados no campo político, os desdobramentos da Operação Lava Jato e o aprofundamento do cenário ruim na economia – com aumento da inflação e do desemprego – ganhavam as páginas e telas dos jornais. Nesse contexto, criou-se a percepção de instabilidade, ganhou força a ideia de que o novo governo estava mergulhado numa crise e de que não sabia como sair dela. O discurso de *impeachment* emergiu novamente, apimentando a temperatura política. A oposição, no entanto, estava dividida sobre a possibilidade de entrar com o pedido. Mesmo contando com algum apoio popular, os juristas consultados pelo PSDB indicavam não haver sustentação para o pedido, pelo fato de as práticas questionadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) serem referentes ao exercício do primeiro mandato.

Entre março e agosto, ocorreram diversas manifestações que evidenciaram a força da insatisfação com o governo, desde mobilizações de rua até pannels nos dias de pronunciamento da presidenta, no rádio e na TV. A oposição, além de insuflar as manifestações, manteve-se fortemente mobilizada a fim de manter uma agenda prejudicial ao governo. Acrescentou-se a essa conjuntura a presença de grupos de vertente conservadora e liberal na organização dos protestos de rua a favor da pauta do impeachment, que começava a ganhar ressonância nos espaços públicos. Entre esses grupos, destacam-se o “Movimento Brasil Livre” (MBL) e o “Vem para a Rua”. O principal desafio do cenário de crise esteve na incapacidade do governo de dar alguma resposta satisfatória aos segmentos que protestavam.

Em meio a esse cenário, dois fatos muito contundentes trouxeram desdobramentos significativos para a narrativa política de 2015: a) o requerimento do TCU ao Executivo para que este explicasse aspectos relacionados à execução orçamentária de 2014, que ficaram conhecidos como “pedaladas fiscais”⁵; b) o avanço das investigações da Operação Lava Jato e as delações que passaram a lançar suspeitas sobre a relação entre o esquema de corrupção na Petrobras e as doações para a campanha eleitoral de Dilma em 2014.

Diante da forte cobertura midiática em torno dos fatos acima, a percepção da crise se aprofundou. A pesquisa de avaliação do governo no início de agosto trazia uma reprovação recorde (71%) e um dado que acendia o “sinal vermelho” para a gestão: 66% dos entrevistados apoiavam a abertura do procedimento de *impeachment* contra Dilma Rousseff. A sustentação da possibilidade de impedimento da presidenta ganhava cada vez mais adesões que estavam espalhadas por todos os estratos sociais.

O percurso do governo Dilma pelo fio na navalha seguiu durante o segundo semestre de 2015. Entre os elementos que contribuíram para o aprofundamento do desgaste do governo, destacou-se uma fala de Michel Temer, afirmando que o país necessitava de uma liderança que tivesse a “capacidade de reunificar a todos”. Após o pronunciamento do vice-presidente, entidades de representação do empresariado nacional – como Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) – endossaram a urgência de construção de pactos suprapartidários que pudessem tirar o país da crise econômica. A recepção da fala de Temer pelo grupo próximo da presidenta

⁵ Por “pedaladas fiscais” ficaram conhecidas práticas do Tesouro Nacional relativas ao atraso no repasse de valores relativos à execução de políticas públicas para os bancos públicos. Tais ações foram praticadas ao longo de diversas gestões no Executivo federal e demais esferas da administração pública. De acordo com o TCU, as chamadas pedaladas fiscais comprometiam a transparência na execução orçamentária, pois ao não transferir os recursos o governo apresentava, nos relatórios sobre a situação fiscal do país, despesas menores do que as que de fato executava.

foi, por seu turno, bastante negativa. A compreensão interna ao governo e ao PT foi de que o vice-presidente havia sugerido que poderia ser esse agente unificador, o que se constituía como uma possibilidade negativa em virtude do clima de *impeachment* que se formava no Congresso Nacional e na sociedade. A fala de Temer abriu a porta para um afastamento severo entre a presidenta e seu vice. Com isso, Dilma Rousseff assumia a interpretação de que Temer não era plenamente confiável e de que poderia conspirar para sua destituição.

Além dos problemas de ordem política, o governo cometeu tropeços no âmbito da economia. O fato mais crítico foi o envio ao Congresso Nacional de um orçamento deficitário para o ano de 2016. Fenômeno inédito na história política recente, a apresentação do orçamento com evidência de desequilíbrio fiscal gerou controvérsias no ambiente político: para aliados, representou “coragem e transparência do governo em evidenciar a situação fiscal do país”; para opositores, significou que a gestão ainda não apresentava a convicção da necessidade de “cortar na carne” para garantir o equilíbrio das contas públicas. No âmbito do mercado, a interpretação foi unânime: faltava aos agentes políticos brasileiros a intenção efetiva de realizar mudanças que culminassem no saneamento das contas. O rebaixamento da agência Standard & Poor's, retirando o selo de bom pagador do Brasil, foi a evidência cabal da percepção negativa com que os agentes econômicos internacionais estavam acompanhando a situação econômica no país.

A conjugação entre crise política e crise econômica foi consolidando uma interpretação de que Dilma estava perdendo as condições de liderar o governo no percurso para a saída das crises. Tal compreensão sedimentava o discurso do impeachment – que ganhou musculatura, no início de outubro, com a reprovação pelo TCU das contas do ano de 2014 do governo Dilma, por unanimidade. Pela primeira vez no período recente da democracia, um chefe do Executivo Federal teve sua prestação de contas anual reprovada

pelo TCU. Em sessão televisionada em rede nacional⁶, o ministro Augusto Nardes recomendou a reprovação das contas de Dilma Rousseff em virtude das pedaladas fiscais. Segundo o ministro, “após exame detalhado, ficou evidenciado que diversos procedimentos afrontam de forma significativa, além dos artigos da lei, princípios objetivos e comportamentos preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal”⁷.

Tal decisão do TCU deu um fôlego significativo ao pedido de impeachment que havia sido protocolado pelos juristas Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo, o qual enquadrava as pedaladas fiscais cometidas como crimes de responsabilidade passíveis de impedimento do chefe do Executivo. Outro fato decorrente da decisão do TCU envolveu uma representação do Ministério Público para que o Tribunal investigasse a possível execução dos mesmos procedimentos na execução orçamentária de 2015. Comprovado pelo TCU que o governo Dilma havia cometido pedaladas fiscais e editado créditos suplementares sem autorização do Congresso no ano de 2015, o pedido de *impeachment* foi atualizado, contando também com a assinatura da jurista Janaina Paschoal.

Diante do avanço das forças políticas *pró-impeachment*, os agentes do governo e do PT passaram a disputar a interpretação jurídica de que as pedaladas fiscais não configurariam crime de responsabilidade e, portanto, não poderiam fundamentar o pedido de impedimento da presidenta reeleita. Entretanto, diante do nível de desgaste acumulado em decorrência da piora

⁶ A sessão do dia 7 de outubro teve cobertura ao vivo da Globo News e da Band News. A TV Câmara chegou a solicitar o acompanhamento da sessão, mas voltou atrás no pedido. O Valor Econômico disponibilizou link para o plenário do TCU, e até mesmo a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) colocou em seu site uma chamada direta para a transmissão. O G1 usou trechos com a filmagem do tribunal em sua matéria, e as coberturas do UOL e da Folha de São Paulo – na versão on-line – também utilizaram esse recurso”. Ver detalhes sobre a estratégia de divulgação em: <<http://diplomatie.org.br/entre-o-espetaculo-e-o-controle-a-justica-e-seus-holofotes/>>. Acesso em 18 jun. 2017.

⁷ DILMA Rousseff tem contas de 2014 reprovadas pelo TCU. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1691438-dilma-e-a-primeira-presidente-a-ter-sua-contas-reprovadas-no-tcu.shtml>>. Acesso em 18 jun. 2017.

na situação econômica e da dimensão⁸ que a Operação Lava Jato assumiu, pesquisas indicavam que a “corrupção” havia assumido o status de maior problema do país para a população (DATAFOLHA, 30/11/2015). A força da tese do *impeachment* se consolidou na sociedade e entre agentes políticos e econômicos.

O arremate veio no início de dezembro, quando o presidente da Câmara admitiu o pedido de *impeachment* assinado por Reale Jr., Bicudo e Paschoal⁹. A aceitação do pedido foi realizada em meio às controvérsias da votação na Comissão de Ética da Câmara sobre a abertura ou não de processo de cassação do mandato de Cunha, sob acusações de que teria mentido à CPI da Petrobras quando afirmou não possuir contas no exterior, o que foi confirmado pelo Ministério Público Federal (MPF). De acordo com a cobertura midiática, a aceitação do pedido de *impeachment* configuraria uma retaliação pelo fato de os parlamentares petistas anunciarem que votariam pela abertura do processo de cassação.

Os movimentos que sucederam a aceitação do pedido de *impeachment* revelaram como os agentes políticos estavam posicionados face a possibilidade do afastamento da presidenta reeleita. No campo da oposição, a estratégia envolveu a mobilização dos segmentos sociais favoráveis em manifestações de rua, com vistas a dar legitimidade popular ao processo. No segmento de apoio ao governo, os movimentos sociais se

⁸ Em 25 de novembro, o senador Delcídio do Amaral, líder do governo Dilma no Senado Federal, foi preso em função da acusação de obstrução da justiça. Ver detalhes em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1711360-entenda-a-prisao-do-senador-delcidio-do-amaral-em-11-perguntas-e-respostas.shtml>>. Acesso em 21 mai. 2016.

⁹ Figura central no processo de impedimento. Professora do curso de Direito da Universidade Federal de São Paulo, Janaína Paschoal capitaneou o processo de *impeachment* junto aos advogados do PSDB, mesmo quando o partido era refratário a ação. A professora conseguiu a adesão de Hélio Bicudo, ex-deputado federal, ministro da Fazenda e um dos fundadores do PT, para assinar a ação de *impeachment*, o que deu peso simbólico à medida que passava a contar em sua inicial com um personagem histórico do Partido dos Trabalhadores, embora a acusação formal tenha ficado a cargo de Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr e dos demais advogados do PSDB. Ver detalhes em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-acusadora-janaina-paschoal/>>. Acesso em 30 out. 2017.

rearticularam para defender a legalidade do mandato de Dilma Rousseff. Tais mobilizações surpreenderam em seu tamanho, indicando, assim, que o impeachment não figurava como unanimidade entre as alternativas para sair da crise.

A presidenta, por sua vez, também deu uma declaração sobre o fato,

Ainda hoje recebi com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara de processar pedido de impeachment contra mandato democraticamente concedido a mim pelo povo brasileiro. [...] Não possuo contas no exterior e nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais. Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público.¹⁰

Tal declaração se fundamentava num confronto de biografias, o interesse da presidenta era descreditar Eduardo Cunha como liderança legítima para decidir sobre o processo de *impeachment*¹¹. Dessa estratégia decorreria o argumento amplamente mobilizado de que o processo havia nascido corrompido em seus motivos. O discurso de Lula seguiu a mesma linha argumentativa: de acordo com o ex-presidente, o ato de Cunha foi de extrema irresponsabilidade, orientado exclusivamente por interesses pessoais.

O movimento mais ousado e inesperado veio por parte de Michel Temer. Poucos dias após a aceitação do pedido de *impeachment*, o vice-presidente produziu uma carta à presidenta, vazada para a imprensa. O texto trazia um forte tom de insatisfação e queixa pelo desprezo com o qual o vice e seu partido, PMDB, foram tratados ao longo do mandato de Dilma Rousseff. Nas palavras de Michel Temer, houve o cultivo de “absoluta desconfiança” em relação ao próprio e ao PMDB por parte da presidenta e

¹⁰ DILMA diz estar "indignada" com pedido de impeachment. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/02/dilma-de-diz-indignada-com-pedido-de-impeachment.htm>>. Acesso em 18 jun. 2017.

¹¹ Houve severos conflitos entre governistas e opositores no processo de constituição da comissão do impeachment na Câmara dos Deputados. Interpelado por parlamentares governistas, o STF instituiu o rito do impeachment, definindo, assim, as regras que deveriam ser seguidas.

de seus assessores diretos. Desconfiança infundada, segundo ele, tendo em vista as inúmeras provas de apoio que o PMDB e Temer deram ao governo.

A repercussão do vazamento da carta foi extensa e interpretada por alguns aliados da presidenta como uma sinalização de Temer para os adversários de que estaria fora do barco do governo. A estranheza e o afastamento entre Dilma e seu vice, que vinha se arrastando desde o início do semestre, aprofundou-se com a repercussão negativa que a carta trouxe. O PMDB, fiel da balança no Congresso Nacional, parecia caminhar para a oposição ou, no mínimo, para a ruptura com o governo, seguindo assim a trilha do *impeachment*.

O recesso legislativo parecia ter abrandado a onda impeachmentista. No entanto, o ano de 2016 traria uma sucessão de acontecimentos, todos com ampla cobertura midiática, que levaram inevitavelmente à consolidação do caminho do *impeachment*. Tais acontecimentos em retrospectiva parecem evidenciar o enredo através do qual a narrativa do lulismo foi sendo colocada em xeque.

Em meados de fevereiro de 2016, João Santana (marqueteiro da campanha de Dilma) e Monica Moura (esposa e sócia) tiveram sua prisão decretada pela operação Lava Jato. De acordo com o pedido de prisão, havia indícios, conforme delações fornecidas por outros investigados, de que parte do pagamento feito a Santana, por gastos na campanha de 2014, foi oriundo de propinas de empresas envolvidas no esquema de corrupção da Petrobras. Tal prisão colocava Dilma Rousseff no centro do escândalo. Ainda que a presidenta pudesse responsabilizar seu partido pela arrecadação e pela execução financeira, ela estaria implicada como beneficiária direta de tais acordos. Além do mais, a prisão de João Santana dava novo fôlego à denúncia, feita pelo PSDB ao TSE, de que houve abuso de poder econômico na campanha à reeleição de Dilma.

No início de março, ocorreu o fato decisivo que atingiu frontalmente o lulismo: o ex-presidente Lula foi levado – por meio de condução coercitiva – para depor à Polícia Federal sobre aspectos relacionados à Lava Jato. Tal procedimento teve ampla repercussão midiática, nacional e internacional: desde muito cedo, daquele dia 4, os principais programas de TV e rádio cobriam a fase da investigação – que tinha como alvo o ex-presidente, familiares e assessores. A definição de uma etapa da operação dedicada a coletar informações sobre Lula acabava por associá-lo diretamente ao escândalo da Petrobras. Após prestar o depoimento e ser liberado, o ex-presidente fez pronunciamento no qual atacou a decisão do juiz Sergio Moro de levá-lo para depor sob condução coercitiva. Para Lula, tal medida era exagerada pelo fato de ele nunca ter se negado a prestar esclarecimentos e porque ela revelava o interesse de espetacularização da operação.

As reações de Lula e Dilma às supostas declarações de Delcídio do Amaral – ex-senador pelo Mato Grosso do Sul e antigo líder do governo Dilma no Senado e no Congresso Nacional – não estancaram a crise política que parecia insustentável. A cobertura midiática evidenciava que o governo parecia afundar cada dia mais na inabilidade de dar respostas à crise econômica e estava de vez mergulhado na crise decorrente dos escândalos de corrupção. O ataque direcionado às duas principais lideranças do lulismo exigia, portanto, um esforço de união a fim de que o legado se mantivesse de pé. Caso Dilma viesse a sofrer o *impeachment*, o lulismo poderia ser jogado num limbo cujas marcas restantes seriam a do fracasso em realizar a transformação social que tanto prometera e a de permitir a emergência dos maiores escândalos de corrupção da história do país.

Numa última tentativa de dar novo fôlego à capacidade de articulação política do governo junto ao Congresso Nacional e aos setores da sociedade historicamente vinculados ao lulismo, Dilma Rousseff decidiu nomear Lula para o ministério da chefia da Casa Civil, ocupado então pelo

petista Jacques Wagner. A repercussão midiática foi intensa, os líderes da oposição disseram que a nomeação do ex-presidente significava a renúncia velada de Dilma, tendo em vista que Lula assumiria todo o poder de articulação e negociação do governo, esvaziando assim o poder da presidenta. Já os aliados defendiam a entrada do ex-presidente no governo, afirmando que a boa relação de trabalho entre ele e Dilma poderiam contribuir para que o país pudesse sair mais rápido do cenário de crise. Outro fator que engrossou o debate sobre a nomeação de Lula envolvia o argumento de que o convite teria ocorrido a fim de garantir foro privilegiado ao ex-presidente, retirando, assim, as investigações que pesavam sobre ele que estavam sob a responsabilidade do juiz Sergio Moro.

A imagem de Lula já estava com enorme desgaste. Especulava-se se, de fato, o ex-presidente ainda teria condições de contribuir para mudar os rumos no governo. No dia que ocorreu a confirmação de que Lula assumiria a Casa Civil, vieram à tona diversos áudios de grampos telefônicos feitos no período de investigação na operação Lava Jato. Entre as conversas coletadas, uma ganhou maior destaque, por implicar diretamente a presidenta. Nesse áudio, Dilma liga para Lula informando que está enviando o termo de posse no ministério e que ele só deve assinar “em caso de necessidade”. Para opositores, a fala da presidenta deixava claro que o ex-presidente estava assumindo o ministério a fim de obter foro privilegiado.

Tal interpretação da oposição colocava também Dilma sob a suspeita de estar obstruindo a justiça, em virtude de usar a nomeação para garantir foro privilegiado para Lula. O governo reagiu, questionando a legalidade da divulgação de grampos da presidenta e apresentando a justificativa de que era prática usual o ministro receber o termo de posse e assiná-lo, quando há dúvidas de seu comparecimento na cerimônia. Esse seria o caso de Lula, que poderia não participar em virtude de problemas de saúde de sua esposa, Marisa Letícia. As respostas do governo não

conseguiram conter a ebulição nos campos político, midiático e social. No dia 17 de março – data em que também ocorreu a posse de Lula no ministério – a Câmara dos Deputados elegia a Comissão que iria avaliar o pedido de *impeachment* e indicar parecer sobre sua admissibilidade ou não.

Após a instauração da comissão na Câmara dos Deputados, o processo de *impeachment* correu a passos largos. Em um mês, o parecer favorável à admissibilidade estava sendo votado no plenário da Casa. O governo havia somados todos os esforços para impedir que a oposição conseguisse os votos necessários. Dilma, Lula e ministros ficaram toda a semana anterior à votação em reuniões com bancadas a fim de garantir votos contra ou dissuadir votos a favor. Realizada num domingo, televisionada pelas grandes emissoras de TV do país, a sessão foi marcada por um tom profundamente dissonante do protocolar. Marcado por discursos parlamentares que não se referiam propriamente ao argumento jurídico do *impeachment*, a votação se configurou numa derrota esmagadora do governo (367 votos “sim” e 137 votos “não”). O processo de votação e o resultado obtiveram repercussão nacional e internacional.

Encaminhado o processo para o Senado Federal, os articuladores políticos do governo já consideravam como dada a derrota na comissão e no plenário da Casa – o que era bastante negativo, pois traria como resultado o afastamento temporário de Dilma Rousseff de suas funções como presidenta. Estando a batalha por votos “perdida”, o governo intensificou sua atuação na luta simbólica. A estratégia era enquadrar o processo de *impeachment* como um golpe parlamentar, liderado pela oposição em aliança com o vice-presidente e seu partido (PMDB), que conspiraram contra a presidenta. O governo mobilizava a ausência de consenso jurídico, sobre se de fato as pedaladas fiscais configuram crime de responsabilidade, a fim de destacar que o processo de *impeachment* impetrado contra a presidenta era exclusivamente político, sem base jurídica que o sustentasse. Tal estratégia foi mobilizada inicialmente junto à mídia internacional, em

virtude da compreensão de que a imprensa nacional é partidarizada e já teria um lado na disputa sobre o impeachment.

A tese do golpe foi sendo construída aos poucos, inicialmente embalada por sucessivos eventos de demonstração de força política do governo, assim como de manifestações de rua contra o *impeachment*.

O primeiro evento realizado com vistas a mostrar o apoio ao governo de Dilma Rousseff foi o ato “Pela Legalidade e em Defesa da Democracia”, ocorrido em 22 de março de 2016. Contando com a participação de juízes, promotores, advogados entre outros operadores do direito, o evento tinha por intuito demarcar a importância do respeito à legalidade democrática. Tal intento se voltava, sobretudo, como uma crítica à decisão do juiz Sergio Moro de divulgar os áudios de conversas entre Lula e Dilma. O tom dos discursos do evento foi dado por Flávio Dino, governador do Maranhão e ex-presidente da Associação Nacional de Juízes Federais (Ajufe)¹²,

Estamos assistindo a um crescimento dramático de posições de porte fascista representadas pela violência cometida por grupos inorgânicos sem líderes e em busca de um fuhrer [expressão alemã usada para designar um líder ou um chefe], de um protetor. Ontem, as Forças Armadas. Hoje, a toga supostamente imparcial e democrática.

Foi apresentado ainda o argumento de que o Estado Democrático de Direito também estava sob ameaça. O porta-voz foi João Pedro de Sabóia Filho, subprocurador da República, que disse: “Nós não vamos assistir de braços cruzados à instrumentalização da Justiça, nem vamos assistir de braços cruzados e permitir que façam com Dilma a mesma covardia que fizeram com Getúlio Vargas”.

¹² JURISTAS fazem ato em apoio a Dilma e 'em defesa da legalidade'. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/juristas-fazem-ato-em-apoio-dilma-e-em-defesa-da-legalidade.html>>. Acesso em 13 Jun. 2017.

Uma semana depois, no dia 31 de março, foi realizado outro evento, dessa vez com a presença de artistas e intelectuais. Intitulado “Encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia”¹³, o evento explicitou a disputa simbólica em curso. Os discursos dos participantes traziam claramente a denúncia do golpe e do ataque à institucionalidade democrática¹⁴. No mesmo 31 de março, ocorreram manifestações de rua contrárias ao *impeachment* nas 27 capitais¹⁵. Tais eventos, além de explicitar apoio popular à contrariedade do impedimento de Dilma Rousseff, também contribuíam na estratégia da luta simbólica em curso. A escolha da data havia sido definida em alusão ao Golpe Militar, ocorrido no Brasil em 31 de março de 1964¹⁶.

Articulada com as estratégias acima descritas, Dilma Rousseff produziu outra frente de batalha com vistas a produzir o contraditório em relação ao seu processo de impeachment: concedeu uma rodada de entrevistas a correspondentes da imprensa estrangeira.

O porquê da arena internacional: uma estratégia firmada

Diante da falta de espaço no âmbito interno, o ponto central da mobilização promovida por Dilma Rousseff – tendo como foco a mídia internacional – era encontrar no cenário externo um espaço mais receptivo para se colocar. “Governo precisa não só agendar um tema como romper a espiral do silêncio que sufoca a opinião sobre a ilegalidade do

¹³ DILMA recebe no Planalto apoio de artistas contrários ao impeachment. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/dilma-recebe-no-planalto-apoio-de-artistas-contrarios-ao-impeachment.html>>. Acesso em 13 Jun. 2017.

¹⁴ Em rara aparição, Raduan Nassar discursa a favor de Dilma em Brasília. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1756085-em-rara-aparicao-raduan-nassar-discursa-a-favor-de-dilma-em-brasilia.shtml>>. Acesso em 13 Jun. 2017.

¹⁵ MOVIMENTOS sociais fazem atos contra impeachment nas 27 capitais. Disponível em: < <http://aovivo.folha.uol.com.br/2016/03/31/4677-3-aovivo.shtml>>. Acesso em 13 Jun. 2017.

¹⁶ ATOS contra impeachment tentam se colar a simbolismo do Golpe de 64. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/31/politica/1459442075_584180.html>. Acesso em 13 Jun. 2017.

impeachment” (ALBUQUERQUE, 2016). Havia, então, o desafio duplo de dar nome ao golpe e também de fazer ressoar o posicionamento pela defesa da democracia.

Nesse quadro, em grande parte, as dificuldades de Dilma se deviam não somente à crise. Somava-se, à questão conjuntural, o histórico do governo Dilma no campo diplomático que resguardava pouca atenção à arena midiática, em franco antagonismo com o movimento praticado no governo Lula¹⁷.

Dilma, por sua vez, precisava utilizar uma ferramenta da qual nunca fez muito uso, ainda que a mobilização da mídia estrangeira em disputas de poder não configurasse propriamente uma novidade. Se conceitos como o da Diplomacia Pública e o da Diplomacia Midiática¹⁸ olham para esse movimento como parte de uma estratégia mais deliberada e institucional de disputa, em uma pontuação que deve ser observada numa relação de forças mais corporativa, Dilma desenhava antes um traçado mais parecido com o feito pelos movimentos sociais. Acuada, com pouco poder de agendar a mídia local, a estratégia de mobilização da mídia internacional constituía chance ímpar de agendar um tema e romper uma abordagem. Curiosamente, Dilma descobriria a importância da comunicação num fluxo de “fora para dentro”, garantindo inclusive efeitos que estavam para além do *agenda-setting* e da espiral do silêncio.

A mobilização de Dilma no cenário internacional chegou a produzir manifestações institucionais importantes, dentre os quais destacamos: a) uma carta assinada por deputados democratas, do Congresso

¹⁷ Houve um debate mais geral acerca da própria importância da diplomacia no governo Dilma, como pode ser visto na matéria produzida pela BBC no contexto da saída de Antonio Patriota do Itamaraty: “A diplomacia perdeu espaço no governo Dilma?”.

Ver: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130826_diplomacia_dilma_pai_jf>. Acesso em 30 out. 2017.

¹⁸ Gilboa (2007) apresenta as seguintes definições para os termos: Diplomacia Pública se refere aos movimentos em que “os atores estatais e não estatais usam a mídia e outros canais de comunicação para influenciar a opinião pública em sociedades estrangeiras” caracterizando-se por uma lógica de propaganda; ao passo que a Diplomacia Midiática ocorre quando “os funcionários usam a mídia para se comunicar com os atores e promover a resolução de conflitos” (Tradução das autoras. p. 1).

norte-americano, contrários ao processo de *impeachment*¹⁹; b) deputados do partido *Podemos* solicitando à União Europeia que suspendesse relações com o Brasil²⁰. Tais apoios são os próprios das estratégias de comunicação diplomática. Desse modo, é relevante destacar que o trajeto internacional percorrido por Dilma ultrapassou o terreno midiático de busca por disseminação de uma narrativa, instituindo uma agenda que tem sido continuamente alimentada. Houve, portanto, ganhos institucionais, mesmo que difusos e sem resultados precisos.

A rodada de entrevistas da presidenta a correspondentes da imprensa estrangeira tinha como objetivo, de acordo com Albuquerque (2016), “não só fazer frente aos grupos e entidades que apoiavam publicamente o impeachment, mas também dar densidade a uma voz que pretendia ecoar de fora para dentro”.

Foi em coletiva à imprensa – concedida dia 24 de março de 2016 a seis correspondentes internacionais, no Palácio do Planalto – que Dilma Rousseff sintetizou a tese de que estaria vivendo um golpe com seu processo de impeachment.

Nós tivemos golpes militares por toda a América Latina. Em um sistema democrático de governo, implica que os golpes mudam de característica. Não se trata de golpes nos termos do passado. O pacto entre nós é a Constituição de 1988. Ela assegura que não se pode tirar um presidente da República legalmente eleito, a não ser que haja prova de crime de responsabilidade. Não tendo, é golpe contra a democracia. As consequências disso nós não sabemos, porque não temos a capacidade de prever o futuro. (Dilma Rousseff, El País, 2016)

Dilma Rousseff lidava com o seguinte dilema: após a narrativa do golpe começar a ganhar corpo com a série de apoios nacionais, era preciso

¹⁹ DEPUTADOS americanos assinam carta contra o impeachment de Dilma. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1794498-deputados-americanos-assinam-carta-contrao-impeachment-de-dilma.shtml>>. Acesso em 30 out. 2017.

DEPUTADOS do partido espanhol 'Podemos' pedem que União Europeia suspenda relações com o Brasil. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,deputados-do-partido-espanhol-podemos-pedem-que-uniao-europeia-suspenda-relacoes-com-o-brasil,10000073461>>. Acesso em 30 out. 2017.

repercutir a questão na mídia, mas a falta de espaço nos veículos nacionais eram um obstáculo considerável. Para começar a empreitada internacional, os seis veículos internacionais foram The New York Times (Estados Unidos), El País (Espanha), The Guardian (Inglaterra), Pagina 12 (Argentina), Le Monde (França) e Die Zeit (Alemanha).

As entrevistas aos correspondentes internacionais realizadas nesse momento foram uma espécie de ciclo inicial de um movimento que iria se repetir com outros desenhos depois. Mesmo com alguns jornais tendo redações locais, como era o caso do El País e do Le Monde, deve-se destacar que a entrevista coletiva foi concedida a jornalistas dos países de origem das publicações. No caso da publicação espanhola, a matéria foi assinada por Antonio Jiménez Barca. Já no jornal francês, o assunto foi abordado em um editorial publicado dia 31 de março cujo título era: “Brésil: ceci n’est pas un coup d’Etat”²¹. Essa é uma informação relevante porque, de todos os jornais com os quais Dilma conversou, o Le Monde foi o único a dizer taxativamente que não se tratava de um golpe. A posição expressa no editorial do jornal não só deixava de lado as ponderações de Dilma – que em maior ou menor grau, estavam presentes nas outras publicações – como também destoava da linha editorial à esquerda da publicação francesa e da própria versão brasileira do Le Monde (veículo que sempre se manteve crítico ao impeachment).

A posição do Le Monde francês muda e, na edição do dia 24 de abril, Franck Nouchi, o mediador entre os leitores e a redação, uma espécie de ombudsman, faz a seguinte pergunta: "Le Monde foi parcial na cobertura da crise política brasileira?". A publicação faz uma *mea culpa* ao admitir que o tom deveria ter sido mais equilibrado, sobretudo, por não ter mencionado que os apoiadores do impeachment eram (são) acusados de

²¹ BRÉSIL: ceci n’est pas un coup d’Etat. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/03/30/bresil-cest-n-est-pas-un-coup-d-etat_4892309_3232.html>. Acesso em 31 out. 2017.

corrupção. O texto também aborda a parcialidade da mídia nacional. Essa posição do *Le Monde* francês é referendada meses depois. Um editorial do dia 26 de agosto 2016 vem com o seguinte título: “La triste ironie de la chute de Dilma Rousseff”²². Ao fim do texto, o editorialista afirma literalmente que: “Se esse não é um golpe de Estado, é no mínimo uma farsa”. Essas nuances são importantes para perceber que, embora a estratégia do governo Dilma fosse muito clara em se afirmar discursivamente, havia outro ponto para além da defesa de um “lado” da história. A mídia estrangeira – em que pese a linha editorial de cada veículo, as diversas críticas à própria Dilma e os casos de corrupção envolvendo o PT – mantinha-se como um instrumento muito mais crítico ao processo político brasileiro.

Voltando ao que chamamos de ciclo inicial de pautas na mídia internacional, contudo, reafirma-se – que do ponto de vista da teoria da comunicação – havia duas questões a serem enfrentadas (ALBUQUERQUE, 2016): 1 – era preciso agendar o tema do golpe e, 2 – romper com a espiral do silêncio que sufocava a opinião sobre a ilegalidade do impeachment. Traduzindo os pontos para termos mais estratégicos – ainda que houvesse controvérsia e uma disputa de narrativa sobre a existência de um golpe parlamentar *versus* um processo de *impeachment* legítimo – sem dúvida a arena internacional se constituía em um espaço mais neutro no qual o governo poderia não só apresentar sua versão dos fatos, ganhar voz, nominar o golpe, como também era possível tentar sair do posicionamento majoritário dos grandes veículos nacionais, o que se pode denominar de espiral do silêncio.

Uma das correntes mais relevantes que estudam a relação entre imprensa e realidade é a chamada agenda-setting research – no Brasil

²² LA triste ironie de la chute de Dilma Rousseff. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/08/26/la-triste-ironie-de-la-chute-de-dilma-rousseff_4988341_3232.html>. Acesso em 31 out. 2017.

intitulada de “Teoria do Agendamento”. Foi com o trabalho de Max McCombs e Donald Shaw, junto aos estudos de Chapel Hill (realizados em 1968 e publicados em forma de artigo na revista *Public Opinion Quarterly*, em 1972) que o termo *agenda-setting* surgiu e ganhou expressão acadêmica. O que a teoria clássica do agendamento coloca é que a imprensa não diz necessariamente ao público como deve pensar, mas quais são as questões da atualidade sobre as quais é importante ter uma opinião, seja ela qual for.

Clóvis de Barros Filho, em “Ética na Comunicação”, faz um vasto apanhado das vertentes do agendamento. Segundo o autor, há duas origens de fatores que condicionam o *agenda-setting*: os primeiros relacionados à mensagem (A) e os demais à recepção (B). No caso dos fatores relacionados à mensagem (A), o autor destaca a adequação da teoria do agendamento em relação à política:

O agenda-setting é uma excelente ferramenta de estudo das relações da mídia com o poder. Visa-se analisar como o profissional da política, através dos meios, impõem uma agenda temática que lhe seja politicamente interessante. Esses estudos, quase sempre realizados em época de embates eleitorais, precisam em que medida a mídia participa da luta política pela imposição (politicamente interessada) dos temas políticos ‘realmente importantes’. Procura-se medir a participação dos produtos midiáticos na luta entre os profissionais do campo político pela própria definição do que é um tema político. Os meios de comunicação, nesses momentos, tornam-se um espaço privilegiado de luta, de uma luta propriamente simbólica pela imposição de representações legítimas e construção de um eleitorado (GRIFO NOSSO). (1995, p. 184).

Nesse sentido, há uma agenda pública que é informada pela agenda midiática. Ou seja, é preciso ocupar o espaço midiático, agendar um tema, para que ele alcance relevância na agenda pública. A relevância da questão simbólica apontada no *agenda-setting* se mostra em consonância com a linha teórica por nós adotada, que aponta a necessidade de se pautar um tema com vistas a uma disputa narrativa.

Outra corrente que vem se somar ao nosso instrumental teórico é a “espiral do silêncio”, criada pela socióloga alemã Elizabeth Noelle-Neumann – que em 1972 propôs seu modelo inicial. Ela defendeu que a informação das opiniões majoritárias é resultado das relações entre os meios de comunicação de massas, a comunicação interpessoal e a percepção que cada indivíduo tem da sua própria opinião quando confrontada com a dos outros. Assim, quando um indivíduo permanece em silêncio em relação às suas opiniões, as pessoas que o rodeiam podem adotar a mesma atitude, facilitando o domínio dos pontos de vista expressos na comunicação de massa. Segundo Elizabeth Noelle-Neumann, esse silêncio tendencial é fruto do medo das pessoas em se confrontarem com a opinião majoritária, o que geraria um movimento contínuo e contraposto de visibilidade desta última.

Se não restava dúvida sobre o agendamento e a pauta do *impeachment* na mídia interna, o desafio de pautar a mídia internacional era não só o de ocupar outra arena (a internacional), como também o de, a partir dessa nova arena, reverberar a tese do golpe e, em uma estratégia reversa, conseguir espaço na imprensa brasileira justamente através da cobertura internacional. Dessa forma, havia a necessidade não só de conseguir o espaço, mas também de pontuar uma abordagem. Nesse ponto, surge a questão da espiral do silêncio.

O material produzido pelos juristas contrários ao *impeachment* e toda a análise técnica da defesa de Dilma para refutar a tese das chamadas “pedaladas fiscais” foram utilizados na apresentação aos jornalistas. Em termos práticos, a necessidade era de mostrar a fragilidade das alegações contra ela. Na ausência de crime que embasasse o *impeachment*, não apenas se fiava uma narrativa sobre o golpe, como uma tese fundamentada nas próprias regras jurídicas. Mesmo em momentos posteriores – como durante a sabatina de Dilma Rousseff no Senado federal, no fim do processo de impedimento – as menções ao golpe e à ruptura democrática decorrentes de um *impeachment* sem crime eram reiteradas. O contato com os jornalistas

na primeira coletiva do dia 24 de março dava início a essa estratégia, pela voz da própria Dilma Rousseff.

Vale lembrar que antes, no discurso feito no dia 17 de março, durante a cerimônia que tentava dar posse ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministro da Casa Civil, Dilma já usava enfaticamente o termo “golpe” em um ato público. Em 2015, quando o *impeachment* começou a ganhar fôlego, em agosto, a expressão começou a ser usada por Lula, mas não como uma marca tão forte.

Foi a coletiva com os correspondentes internacionais, contudo, que pôs o termo a serviço de uma estratégia clara de repercussão internacional, que continuou mesmo após a presidenta estar afastada do cargo, antes da confirmação do Senado federal (quando Dilma montou uma campanha com viagens, financiamento coletivo e uma série de eventos para denunciar o golpe, e posteriormente, já durante o seu afastamento definitivo). Em relação a essa última etapa, em fevereiro de 2017, Dilma realizou uma série de eventos na Espanha, na Itália e na França falando sobre o golpe. Na sequência, em abril, o roteiro internacional incluiu 14 dias nos Estados Unidos, dando uma série de entrevistas e realizando palestras em Harvard, Columbia e Princeton, também com foco na questão do golpe.

Se os eventos mais recentes servem para pontuar uma narrativa histórica, em março de 2016, antes de o *impeachment* tomar feições definitivas, a disputa era mais ferrenha: tinha em vistas não só o mandato presidencial como uma defesa imediata da própria conduta pessoal de Dilma Rousseff frente à chefia do Executivo. Julgada pelo “conjunto da obra”, pela crise econômica ou pelos casos de corrupção que envolviam diversos nomes do PT, Dilma se esforçava para demonstrar o fato de que nenhuma dessas questões poderiam ser imputadas a ela e que as tais “pedaladas fiscais” não tinham fundamento técnico que caracterizasse crime. Mais uma vez, era preciso desconstruir um discurso cheio de camadas para demonstrar que na

ausência de uma razão efetiva para o *impeachment*, o que estava ocorrendo no Brasil era um golpe de Estado. Esta era a questão primordial abordada na mídia internacional.

A mídia nacional abordava de forma enfática a crise de governabilidade e de forma massiva, ainda que com matizes diferentes²³, o desgaste do governo Dilma e o processo do *impeachment*, colocados sem que houvesse o devido contraponto do governo. As críticas à gestão Dilma passaram a ser associadas indistintamente ao *impeachment* como processo em curso e, a partir de um determinado momento (como exposto na contextualização deste artigo) com uma tônica de caminho irreversível.

Assim, foi contra esse agendamento e para romper esta espiral que a estratégia de pautar a mídia internacional foi sendo construída.

Além do El País, que possui uma edição brasileira, a fala da presidenta Dilma repercutiu no The Guardian. Antes mesmo da entrevista, no dia 18 de março, o jornal inglês trouxe um artigo da jornalista brasileira Eliane Brum sobre a crise. Longe de maniqueísmos, o texto de Eliane, intitulado “Brazil is in danger of turning the clock back on democracy”, tocava em pontos centrais, como a convulsão popular, o papel de herói nacional desempenhado pelo juiz Sérgio Moro e, sobretudo, os riscos à democracia que o País vive. Mesmo sem assumir uma defesa do governo brasileiro, o espaço e a cobertura dados ao tema pelo The Guardian sinalizam exatamente do que o governo precisa: uma arena mais neutra para fazer ecoar seu recado. (ALBUQUERQUE, 2016).

É importante perceber que a coletiva para os seis correspondentes potencializou uma cobertura internacional que possui um viés mais crítico em relação ao *impeachment*. Vejamos a lista de veículos que vinham repercutindo a crise política brasileira: o New York Times – que cobriu a

²³ Em seus editoriais, a Folha de São Paulo defendeu por bastante tempo a renúncia de Dilma e Temer, seguida por eleições diretas. Contudo, posteriormente, quando o *impeachment* já estava encaminhado, o jornal passou a assumir a defesa do processo de impedimento. O Estadão se mostrou favorável ao *impeachment* desde o começo. Ainda que com diferenças à miúdo, de forma geral os grandes veículos assumiam em primeiro plano o desgaste do governo, as tratativas para o *impeachment* como posição majoritária, sem espaço considerável à uma vertente mais crítica.

coletiva de Dilma, em agosto de 2016 – já havia feito um editorial focado na questão da democracia e no papel das instituições para a estabilidade do País. Pode-se acrescentar também veículos como Der Spiegel (Alemanha), Público (Portugal) e Al Jazeera (Arábia Saudita).

Vale ressaltar que a amplitude da cobertura não significava apoio irrestrito ao discurso de Dilma, mas ainda assim possuía um espírito analítico que não estava presente na imprensa local. Isso é possível ver, por exemplo, pela revista *The Economist*, que tendo feito duras críticas ao governo brasileiro, chegou a pedir a renúncia da presidenta. Contudo, na maior parte da cobertura, o *impeachment* não foi visto como resposta a problemas de ordem sistêmica. Esse aspecto crítico, com análises mais aprofundadas, foi fundamental para que o discurso de Dilma ganhasse ressonância.

Os ciclos de um movimento continuado

Todo esse movimento (iniciado no dia 24 de março de 2016, com a coletiva para os seis veículos estrangeiros) e seus fatos circunvizinhos (como a indicação de Lula a ministro da Casa Civil) estão nesse ciclo inicial de comunicação voltada para a mídia estrangeira do governo Dilma. Claramente após o Senado ter aprovado, no dia 12 de maio, a admissibilidade do processo de impeachment autorizado pela Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril, Dilma entra em um segundo ciclo do mesmo movimento. A presidenta tinha, a partir de então, exatos 180 dias para empreender uma verdadeira cruzada em busca de se defender das acusações das ditas “pedaladas fiscais” e, paralelamente, fazer com que sua mensagem contra o golpe ampliasse seu alcance, o que incluía, sem sombra de dúvida, o reforço na cobertura internacional. Não à toa, em 13 maio (um dia após o Senado confirmar seu afastamento do cargo de presidenta da República até o julgamento definitivo do impeachment), Dilma concede entrevista coletiva a correspondentes estrangeiros, no Palácio da Alvorada. O objetivo era

reafirmar o discurso de que o processo em questão era uma tentativa de golpe contra seu governo e contra a democracia.

Entre esses dois ciclos de pautas à mídia internacional, houve um momento de tensão específico que merece registro. No dia 22 de abril de 2016, ainda como presidenta no exercício do cargo, Dilma Rousseff foi à sede das Nações Unidas (ONU), em Nova York, para a assinatura do Acordo de Paris, sobre mudança do clima. Como o comparecimento à ONU foi justamente precedido do início da sua estratégia de comunicação sobre a denúncia do golpe, a viagem aos Estados Unidos gerou grande constrangimento institucional – com diversos atores políticos pressionando para que Dilma não usasse o termo “golpe” em seu pronunciamento oficial. De fato, embora a presidenta tivesse feito menção ao “grave momento” do Brasil e à necessidade de “impedir retrocessos”, o termo golpe não foi mencionado abertamente no plenário da ONU, em seu discurso oficial.

Contudo, o próprio trajeto de comparecimento à ONU e a expectativa sobre sua fala geraram repercussões na mídia internacional. Essa busca por espaços de fala institucional combinados com entrevistas a veículos externos foi retomada com grande força no terceiro ciclo desse movimento – quando já definitivamente afastada da Presidência da República, após a sessão do Senado Federal que confirmou o impeachment, em 31 de agosto de 2016. Com o impedimento confirmado, Dilma começou uma agenda de visitas a diversas universidades fora do país. O circuito internacional segue acompanhado de entrevistas de avaliação do processo. Segundo um breve levantamento feito pelo site Terra²⁴, em um ano após a saída do cargo, Dilma concedeu cerca de 40 entrevistas: mais da metade a veículos estrangeiros.

²⁴ O dia a dia de Dilma Rousseff, um ano após o impeachment. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/dilma-Rousseff-um-ano-apos-o-impeachment,27476c75dc4e8ffcaed3a7f5ae53f65en26io2pg.html>>. Acesso em 31 out. 2017.

Nesse sentido, vale mesmo destacar que a estratégia externa continua a repercutir internamente, não só pela repercussão das suas falas em redes sociais, blogs e veículos alternativos; como também, em alguns casos, na própria imprensa tradicional brasileira. Talvez um dos mais curiosos exemplos possa ser creditado à jocosa matéria da Piauí²⁵, em que o brasilianista e ativista gay James Green jogava a isca: “Ouviu a boa notícia? Eu e Dilma vamos nos casar!”. A matéria, em tom de chiste, repercutiu em jornais, blogs e sites pelo Brasil adentro. Prova de que a estratégia de ganhar voz no cenário internacional, embora tivesse um foco muito claro, nunca esteve descolada do público interno. Os veículos internacionais são uma importante caixa de ressonância de uma disputa cujo centro é mesmo a sociedade brasileira.

Por baixo da estratégia

Para se entender a eficácia da estratégia do governo, é preciso entender a mecânica da própria organização midiática e a conjuntura brasileira. Nesse sentido, três aspectos devem ser observados. O primeiro é a cobertura diferenciada feita pelas redações locais de veículos estrangeiros, como El País, Deutsche Welle e BBC. Em grande parte, isso se deve ao fato de que os três veículos citados possuem sucursais no Brasil com redações minimamente estruturadas, indo além do contato de um único correspondente.

Essa estrutura e a cobertura diferenciada pode se ver, por exemplo, durante as manifestações contra o governo, no dia 13 de março: enquanto a massiva imprensa local fazia uma cobertura, digamos, “usual”; o El País procurou ouvir as reclamações dos moradores da periferia de São Paulo que, embora insatisfeitos com o governo, possuíam pautas distintas da classe média alta que tomava as ruas naquele dia. A Deutsche Welle também

²⁵ Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/ouviu-a-boa-noticia-eu-e-dilma-vamos-nos-casar/>>. Acesso em 31 out. 2017.

resolveu cobrir os protestos tendo como foco o olhar dos moradores da comunidade do Pavão-pavãozinho, no Rio de Janeiro. Ou seja, havia mais espaço dentro desses veículos para que a estratégia do governo Dilma emplasasse.

Uma questão “curiosa” é que, logo após o *impeachment*, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) ingressou, junto ao Supremo Tribunal Federal, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5613) com o objetivo de restringir os portais de notícias, com capital estrangeiro, de atuarem no mercado brasileiro. A ação atinge em cheio exatamente as redações do El País, da Deutsche Welle e da BBC, para citar três as três maiores sucursais estrangeiras no Brasil com produção própria de matérias veiculadas digitalmente.

Na mecânica por trás da estratégia, o segundo ponto a ser lembrado é que, com a proximidade dos Jogos Olímpicos – que aconteceram no Rio de Janeiro em agosto de 2016 –, o fluxo de correspondentes chegando ao País aumentava e a atenção da mídia estrangeira também. Mesmo com a atenção voltada à cobertura esportiva, o crescente aparato da imprensa internacional no Brasil, até agosto, foi um fator importante para alavancar a estratégia do governo Dilma. O objetivo era buscar os escaninhos, as brechas onde quer que elas estivessem.

A questão da busca por caminhos alternativos de repercussão midiática nos aponta o terceiro aspecto: a estratégia de mobilização da mídia estrangeira como espaço de reprodução de uma voz dissonante. Esse costuma ser um caminho utilizado por movimentos sociais e por governos que estejam sem acesso aos grandes veículos. Movimento típico de dissidentes e opositores de regimes autoritários – tanto que essa foi uma estratégia muito usada durante a ditadura militar. Talvez um dos casos mais emblemático desse uso tenha ocorrido na década de 1930, com a campanha internacional movida pela mãe de Luiz Carlos Prestes, Leocádia Prestes,

que correu o mundo angariando apoio para soltar Olga Benário e sua filha, Anita. Ou seja, a estratégia usada por Dilma, própria dos movimentos sociais e dos ativistas de Direitos Humanos, em que pese sua efetividade, demonstra as fragilidades do governo: é sintomático que o chefe do Executivo, mesmo com a máquina estatal, precise se ater a interlocutores externos para ter sua voz ouvida.

Um sinal dos resultados da estratégia de Dilma foi o rápido movimento de Temer em rebater o discurso do golpe. Em abril de 2016, a BBC publica uma matéria com o seguinte título: “Temer pediu ajuda para rebater 'discurso de golpe' no exterior, diz tucano em missão nos EUA”. A preocupação do ainda vice-presidente Temer fundamenta-se em dois pontos que só se acentuaram com os desdobramentos da crise no Brasil. O primeiro é jurídico. Ainda que reste alguma remota possibilidade de se ajuizar uma ação internacional relativa ao *impeachment*, vale lembrar que nenhuma ação legal prescinde de um contexto e de uma narrativa que lhe dê sentido. Eis o esteio do segundo ponto. Mesmo que seja impossível uma reparação dessa ruptura, a constituição de uma história presente e futura sobre o golpe que ocorreu no Brasil tem efeitos profundos e, sem dúvida, tal construção discursiva se deve, em grande parte, a cobertura internacional dada ao tema.

Considerações Finais

A análise aqui empreendida buscou evidenciar como a arena midiática internacional foi mobilizada pelo governo de Dilma Rousseff como estratégia de produção de um discurso contra-hegemônico sobre o processo de *impeachment*.

Com o respaldo da cobertura midiática internacional, a tese do golpe passou a ser a estratégia central que mobilizou os governistas na disputa simbólica em curso. O discurso foi bastante efetivo na disputa classificatória. Os opositores contra-argumentavam que não poderia ser um

golpe, pois o rito havia sido estabelecido pelo STF e estava sendo rigorosamente seguido. No entanto, a significativa atenção que davam ao debate sobre o golpe, buscando insistentemente dissuadir a opinião pública – como ficou evidente no texto do relatório do Senado em que o relator deu ênfase aos argumentos contrários à tese do golpe – já indicava que a tese governista havia se consolidado como narrativa simbólica do processo do *impeachment*. O discurso do ministro da Advocacia Geral da União, na sessão de votação do relatório no plenário do Senado, deixava claro que, para o governo de Dilma, a luta era também – sobretudo – simbólica, “quanto mais uma palavra [golpe] se aproxima da realidade que se quer esconder, maior o incomodo que seu uso traz”²⁶, afirmou o ministro José Eduardo Cardozo.

Assim, o governo Dilma acertou em uma estratégia que foi bem-sucedida, pois construída a partir da fragilidade do governo. Mesmo com a máquina estatal, Dilma precisou se fiar em interlocutores externos para ter sua voz ouvida. Isso mostra duas coisas: a crise despertou a atenção de Dilma para a comunicação, gesto que nem os tempos de estabilidade conseguiram fomentar²⁷. Em outro turno, para além do governo Dilma, esse movimento de tentar romper com uma cobertura sem espaço para contraditório mostra a fragilidade de um país cujos grupos fora da hegemonia – o que ironicamente acontece com um governo sem aliados políticos – precisam usar esse artifício para serem ouvidos.

A disputa simbólica estruturada, pois – no embate entre narrativas *impeachment versus golpe* – tem se desdobrado até o contexto atual. A

²⁶ NAS redes sociais, Dilma comenta decisão do Senado: “É golpe”. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/nas-redes-sociais-dilma-comenta-decisao-do-senado-e-golpe/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

²⁷ É relevante destacar que durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff disseminou-se uma percepção generalizada de que a presidenta comunicava pouco, fosse com os atores institucionais, com destaque para o Congresso Nacional, fosse com a imprensa ou com a população. Tal percepção assumiu tamanha relevância que, entre 2013 e 2014, as campanhas oposicionistas construíram discursos eleitorais com ênfase na importância do diálogo entre governantes e a população (LOPES, 2016).

ascensão de Michel Temer não garantiu o retorno à estabilização do país, seja em suas dimensões econômicas, seja no que se refere à estabilidade da Presidência. O governo que ascendeu ao poder colocou em marcha um projeto oposto ao sufragado nas urnas. Apesar do apoio parlamentar, empresarial e midiático de que dispunha em seu início de gestão, Temer esteve sempre numa “corda bamba” no quesito legitimidade. As crises recentes que se abateram sobre o governo de Temer reforçam o debate sobre a instabilidade presidencial brasileira, assim como dá novos fôlegos para a narrativa do golpe.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Grazielle. *O nome das coisas: o golpe ganha repercussão na mídia internacional*.

Justificando. 28 de março de 2016. Disponível em: <<http://justificando.com/2016/03/28/o-nome-das-coisas-o-golpe-ganha-repercussao-na-midiainternacional/>>. Acesso em 22 mai. 2016.

ALMEIDA, Rodrigo de. *À sombra do poder - os bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff*. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2016.

BARCA, Antonio Jiménez. *Dilma: “Querem a renúncia para evitar o constrangimento de me tirar de forma ilegal”*. El País, Brasil, 24 mar. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/24/politica/1458847577_766990.html>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BARTHES, Roland. *Introdução à análise estrutural da narrativa*. In: BARTHES, R; TODOROV, Tzevetan; et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis, Vozes, 1971.

CAMPELLO, Daniela. *The Politics of Financial Booms and Crises: Evidence From Latin American*. Comparative Political Studies, 2014, originally published online 8 July 2013. Disponível em: <<http://cps.sagepub.com/content/47/2/260>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1995.

GILBOA, Eytan. (2001). *Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects*, *Diplomacy & Statecraft*, 12:2, 1-28.

HOCHSTETLER, Kathryn. *Repensando el presidencialismo: desafíos y caídas presidenciales en el Cono Sur*. América Latina Hoy, Salamanca, v. 49, dic. 2008. ISSN 2340-4396. Disponible en: <<http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/1350>>. Fecha de acceso: 18 jun. 2017.

JINKINGS, I. et al. (orgs.). *Porque gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

LOPES, Monalisa Soares. *Narrativas Simbólicas do Lulismo: uma análise das campanhas eleitorais de Dilma Rousseff (2010 e 2014)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. *The agenda-setting function of mass media*. *Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972. Disponível em: <<https://academic.oup.com/poq/article->

abstract/36/2/176/1853310/THE-AGENDA-SETTING-FUNCTION-OF-MASS-MEDIA>.

NEUMANN-NOELLE, Elisabeth. *The Spiral of Silence A Theory of Public Opinion*. *Journal of Communication*, v. 24, n. 2, p. 5-190, 1974. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jcom.1974.24.issue-2/issuetoc>>.

OLLIER, María Matilde. *La institucionalización democrática en el callejón: la inestabilidad presidencial en Argentina (1999-2003)*. *América Latina Hoy*, Salamanca, v. 49, dic. 2008. ISSN 2340-4396. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/1351>>. Fecha de acceso: 18 jun. 2017.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Instituciones, coaliciones callejeras e inestabilidad política: perspectivas teóricas sobre las crisis presidenciales*. *América Latina Hoy*, Salamanca, v. 49, dic. 2008. ISSN 2340-4396. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/1352>>. Fecha de acceso: 18 jun. 2017.

_____. *Presidential impeachment and the new political instability in Latin America*. New York, Cambridge University Press, 2007, 241p.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SINGER, André. *O critério da verdade*. Folha de São Paulo, São Paulo, 03 jan. 2015. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2015/01/1569976-o-criterio-da-verdade.shtml?mobile>>. Acesso em 18 jun. 2017.

_____. *Sinais Trocados*. Folha de São Paulo, São Paulo, 01 nov. 2014. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2015/01/1569976-o-criterio-da-verdade.shtml?mobile>>. Acesso em 18 jun. 2017.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2016.

**Palavras-
chave:**

golpe;
impeachment;
Dilma
Rousseff;
disputa
simbólica;
mídia
internacional.

Resumo: A pauta do golpe na imprensa internacional como estratégia de denúncia e disputa simbólica do governo Dilma Rousseff é o objeto deste artigo que, através de uma análise focada na comunicação, reconstrói o movimento usado pelo Executivo para romper a espiral do silêncio presente na imprensa nacional. Uma análise de conjuntura reconstrói os eventos que antecederam o *impeachment*, o acirramento discursivo em torno do *impeachment/golpe* e mostra como a trajetória para pautar o golpe numa arena internacional permanece e atualiza seus sentidos a partir do aprofundamento da crise brasileira.

Keywords

coup;
impeachment;
Dilma Rousseff;
Symbolic
dispute;
International
media.

ABSTRACT: The agenda of the coup in the international press as a strategy of complaint and symbolic dispute from the Dilma Rousseff's government is the subject of this paper that, through an analysis focused on the communication, reconstructs the movement used by the Executive to break the spiral of silence present in the national press. An analysis of the conjuncture reconstructs the events which preceded the impeachment, the discursive intensification around the impeachment / coup and shows how the trajectory to guide the coup in an international arena remains and updates its senses from the deepening of the Brazilian crisis.

Recebido para publicação em junho/2017

Aceito para publicação em outubro/2017